

<http://www2.uol.com.br/observatorio/>

Observatório da Imprensa

VOCÊ NUNCA MAIS VAI LER JORNAL DO MESMO JEITO

Versão impressa com o resumo das edições on line de 5 e 20 de junho de 1999 - N° 22 - Julho 1999

6

Artigo 222

Pela democratização do capital na mídia brasileira

8

Circo da Notícia

O grampo e a presunção de culpa

STF condena vazamentos

Jornalismo policial e a morte Bilinha

11

Caixotins

Comissão de Cidadania e Reprodução, Eduardo Martinez, José Afonso Queiroz, Luiz Augusto Araújo Pereira, Marinilda Carvalho

15

Caderno do Leitor

A cidadania observa a mídia

Novo formato dos jornais

Centímetros a menos na largura, cifrões a mais no faturamento

Pág. 4

Questão de sobrevivência

O debate sobre publicidade institucional na rede pública de TV

Pág. 6

PODER E CONTRAPODER

Exatamente uma semana depois da divulgação das fitas grampeadas no BNDES, o assunto esfriou. Bom para o denunciado e ruim para o denunciador, porque o que sobrou foi a discussão sobre os procedimentos jornalísticos. É isso que interessa a este *Observatório*. É pacífico: um jornal deve publicar tudo aquilo que serve ao interesse público. Essa é a sua função. Mas as denúncias que andam sozinhas são duplamente suspeitas e por isso precisam ser duplamente investigadas. Se o fossem, o assunto das fitas ainda poderia estar fervendo.

Uma reportagem pressupõe a busca

de informações. Aqui deu-se o contrário: as informações foram buscar o jornal. Uma coisa é o jornalista movimentar-se para buscar a verdade. Outra é a fonte que se movimenta para trazer ao jornalista, a sua versão da verdade. A reputação da imprensa saiu arranhada porque preferiu apostar na presunção de culpa sem ter as provas para isso.

O objetivo deste é examinar o desempenho da mídia. Queremos estabelecer a controvérsia em torno da imprensa. Se ela é um poder, o debate sobre sua conduta deve funcionar como contrapoder. Se ela se enfraquece como poder é a democracia que sai perdendo.

Observatório da Imprensa na TV, ao vivo

Terça-feira, 22h30, na TV Cultura de São Paulo e TV Educativa do Rio de Janeiro

APOIO

THE DOCUMENT COMPANY

XEROX

COBERTURA

Espetáculo de dissimulação

Como o distinto público engole as histórias que lhe são contadas

José Antonio Palhano

A recente passagem do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, pelo prestigiado *Roda Viva*, da TV Cultura, traz à lembrança uma outra sua sentada, esta na sabatina do Senado, ocorrida há poucos meses. Apesar de sermos assumidamente um povo desmemoriado, vale a pena recordar aqueles emocionantes momentos que nos foram proporcionados por alguns titulares daquela egrégia Casa, na ocasião acometidos de inaudito fervor moralista (e de uma intestina e inesperada crise de compostura).

Quando menos para ressaltar a medular e assustadora abulia das nossas maiores redações por acontecimentos tão escandalosamente didáticos no que se refere aos costumes políticos tupiniquins (e consequentemente ao inefável fervor cívico com o qual tocamos a nossa normalidade institucional). O silêncio tumular que se estabeleceu de lá para cá, simultaneamente à volatilidade conceitual com que batizamos e rebatizamos Fraga, alçado da mísera condição de sacripanta-globalizado-impatriótico-assoldo-do-Grande-Pirata-Especulador ao solene posto de autoridade-monetária-idônea-plenamente-reconhecida-e-assimilada, berra a plenos pulmões por um pingão que seja de sensatez e comedimento.

Ou por uma misericordiosa atenção da parte de nós, fazedores e leitores de jornais, uma minoria mixuruca há muito já convencida de que está dispensada de fazer coisas caretas e inócuas tipo "dar o exemplo" a uma choldra desde sempre tida como irrecuperável.

Imaginemos então, já que no mundo do faz-de-conta não é preciso se preocupar com isso, alguém como um jovem estudante, cheio de energia e de vontades (e de crenças mil no nosso Brasil).

Suponhamos que tenha assistido àquela histórica e canibalesca performance dos tais senadores, competentemente liderados por Roberto Freire e Saturnino Braga. Na certa nosso fictício e inocente telespectador foi dormir naquela noite plenamente convencido de que Armínio Fraga não passava de um tremendo picareta, despachado para cá pelas forças do Mal a fim de sugar nossas reservas. Não sem antes agradecer aos anjos e ao seu santo protetor pela graça do seu país contar com semelhantes homens públicos, autênticos e devotos vigilantes (ou seguranças, expressão mais *in*) da moral e do patrimônio público, capazes de desmascarar o bandidão assim tão sem contem-plação e via satélite.

No outro dia, pela manhã, o rapaz já no banheiro especula sobre o cruel e justo destino reservado ao malvado Fraga. Ora imagina o apodrecendo numa carceragem imunda da Zona Norte, ora prognostica-o amargando o exílio em Canapi, hospedado em casa de algum parente de madame Rosane. Ao chegar à banca para dar uma olhada nas manchetes dos jornais, toma um baita choque com a notícia de que o pilantra financista e entreguista, ao contrário da sua torcida, tomaria posse na maior felicidade.

O tempo passa, o tempo voa (e os ingleses se apoderaram do Bamerindus numa boa) e o nosso jovem, se já compreensivelmente um pouco mais amadurecido, ainda persiste na mesma e valiosa condição etária. O que estará pensando?

Não deve ser lá muito fácil para ele continuar acreditando tanto em seu país. Afinal, o tal Fraga está no Banco Central até hoje. Pior: deu lá um jeito nas coisas de uma maneira que o mundo inteiro o aplaude. Domou o câmbio, nocauteou a inflação que vinha desavergonhadamente botando as

manguinhas de fora e inseriu o Brasil novamente na agenda financeira mundial.

Mas será que o nosso rapaz ainda pensará tanto em Armínio Fraga? Periga estar mais é encucado com aqueles senadores outrora tão arrebatados e chocalheiros. Por que será que estão tão quietos? Já não seria hora de apresentarem um destruidor e definitivo dossiê contra Fraga? Afinal, ele já está há tanto tempo no Banco Central... Pelo que falaram dele na sabatina, imagina o que já não teriam aprontado por lá.

Decididamente o nosso personagem ainda tem muita coisa para aprender. Entre as quais constatar que grassa no Senado uma epidemia de baixa estima de proporções jamais vistas, capaz de fazer com que gente como Roberto Freire e Saturnino Braga paguem, mais quietos que à época em que a ditadura os amordaçava sem dó, um mico desta natureza.

Alguma força desconhecida submete-os a uma humilhação infinitamente maior que aquela que quiseram impingir a Armínio Fraga. Prestam-se a um espetáculo de dissimulação jamais pensado nem pelas mais recalcitrante e sangrenta direita: na moita, sem imprensa para encher a paciência, fantasiam-se de moedas podres ambulantes, cujos escrúpulos morais não valem um rublo furado. Enquanto isso, Antônio Carlos Magalhães e Michel Temer, eternamente agradecidos, tocam o expediente.

Continua valendo, enfim, a definição dada a Saturnino Braga por Millôr Fernandes: o homem que desmoralizou a honradez. A dupla agora caprichou ainda mais: desmoralizou-se a si própria.

Mas aquele nosso jovem não está nem aí para essas abobrinhas. Ele agora só liga a TV no programa do Ratinho.

INTERNACIONAL

Jornalismo de significados

Informação O lugar do veículo impresso na barafunda das novas mídias

Nahum Sirotsky

Os reformadores têm os instintos dos profetas, a visão – consciente ou não – do futuro. Acompanhando a mídia impressa brasileira, sempre lembro Cláudio Abramo pelo que realizou no *Estado de S.Paulo* e na *Folha de S.Paulo* antes da televisão a cabo e da net. Nunca conversamos sobre a questão, pois raramente nos encontrávamos. Eu atuava no Rio e ele em São Paulo. Mas, consciente ou inconscientemente, por instinto ou intuição, ele criou como alguém que sabia que era impossível, e estúpido, o meio impresso tentar competir com o eletrônico, como tentava, enquanto ao mesmo tempo se pautava pelo noticiário da TV. Pelo que realizava, via-se que se empenhava em desenvolver linguagem do impresso que o distinguisse totalmente de outras mídias. Claro que linguagem, no caso, não se trata do frasear ou da aparência. Mas de significado. Abramo sabia disso como poucos. Rádio e TV noticiavam. E, em função do tempo disponível, sempre curto, e da característica de terem de fluir, de não poderem parar ou voltar atrás, não permitem comentários em maior profundidade. Ele quis fazer o jornalismo dos significados, com o qual as demais mídias, por serem como são, não podiam competir. No quadro dos meios de comunicação, cada um tem de encontrar seu lugar.

A mídia eletrônica é imbatível no noticiar. Ela pode acompanhar o acontecimento quando acontece. Levou-nos a Kosovo como nos leva a uma partida de futebol. Mas, apesar de obrigar a me informar sobre o que acontece, como sobre as técnicas de informar, foi na mídia impressa que tomei conhecimento dos significados do que aconteceu nos Balcãs; por exemplo, que a Otan garantiria autonomia da província kosovar, mas não sua independência. E que

seria assim porque não faltam grupos étnicos desejosos de ter sua própria pátria. Um Kosovo independente seria o precedente para os húngaros da Transilvânia romena, os bascos da Espanha e assim por diante. Há muito esquecemos que as nações-Estado foram imposições de maiorias sobre minorias mais fracas.

Informação com profundidade

No Oriente Médio, por exemplo, a maior parte dos países nasceu da vontade de potências que fizeram desenhos e mapas e disseram: aqui ficará o país que chamaremos disto ou daquilo. A região se subdividiria, viveria em guerras. Em Kosovo não se considerou apenas o comportamento criminoso dos sérvios e seu líder. Houve genocídios na África negra ignorados pela chamada comunidade internacional, que nada fez, como entre hutus e tutsis. Em Kosovo, também havia o empenho na estabilização dos Balcãs, fundamental para a estabilização da Europa. E outros propósitos.

Agora, além das mídias eletrônicas convencionais – rádio e televisão – chega a Internet, outro instrumento de inimaginável alcance há bem pouco tempo. Nela se tem de tudo, do noticiário de minuto a minuto de jornais, rádio e TV a revistas, acesso a bibliotecas, museus. É um instrumento ainda não bem conceitualizado, pois até sua abrangência ainda está em processo. A mídia impressa não tem como competir com a net. Mas competir seria o certo?

Nos Estados Unidos, em 1998, a net promoveu vendas de 330 bilhões de dólares de tudo quanto se possa imaginar. O comércio eletrônico está apenas começando e já transforma as relações entre vendedores e consumidores. A net anuncia e promove o

contato do consumidor com o vendedor ao mesmo tempo. É inigualável como meio de pesquisa de dados. Um instrumento de comunicação direta e imediata entre indivíduos. Um café de abrangência internacional como um bate-papo internacional. Uma arma. Profundas transformações no impresso são inevitáveis. Sobrarão aqueles que souberem fazer o que a net não pode. Mas não se trata de competir. É uma questão de se encontrar o lugar de cada mídia, as funções para cada uma delas.

Uma dificuldade da net é uma vantagem a ser explorada. Há limites para o que se consegue ler na telinha, que, em qualquer hipótese, vai ser um grande negócio para os fabricantes de óculos. Ler um jornal na net há de ter um custo maior do que aquele da compra do original impresso. Obter profundidade de informação na net exige tempo e técnica de pesquisa, a impressora do lado, a leitura do impresso assim obtido. É tempo e dinheiro, desgaste físico e mental. A net democratiza a informação, sem dúvida alguma. E ameaça os demais meios eletrônicos – daí a tendência de se combinar net, TV, rádio, telefone. E abre para o impresso a oportunidade de se renovar, de ser o meio da informação abrangente, o meio da comunicação de conhecimento, do informar no contexto sobre contexto, a equação cujo resultado é o significado.

Sem descobrir o caminho das Índias, muito impresso soçobrará. A grande crise que enfrentam é, em primeira instância, econômica; porém, na verdade, resulta de a mídia impressa não estar se autocriticando na busca de linguagem e posicionamento. E continua se pautando pelo noticiário da televisão, chegando com a notícia muito depois.

JORNALS

Silhueta mais fina

Quanto mais muda, mais a mesma coisa fica

A partir do dia 6 de julho, a maioria dos jornais brasileiros vai perder 2,54 centímetros de largura. Ficarão mais estreitos, verticais e perderão a proporção harmoniosa dos últimos 100 anos. A mais drástica operação plástica desde a última lipoaspiração, quando mudaram de 8 para 6 colunas.

A mudança está sendo anunciada através de uma campanha publicitária promovida pela ANJ (Associação Nacional dos Jornais). Sem muita convicção, aliás. As vantagens apregoadas são as seguintes:

- Facilidade de manuseio; os jornais em formato standard ficarão mais "portáteis" e "compactos".
- Melhor visibilidade para as informações.
- Padronização dos anúncios.
- Fortalecimento do veículo jornal através desta demonstração de unidade em torno da entidade empresarial.

Reforço de caixa

Um dos slogans da campanha: "Mudamos a largura mas não mudamos a profundidade".

A verdadeira razão do drástico emagrecimento não aparece nos anúncios mas é mencionada tangencialmente numa peça publicitária distribuída aos chamados "multiplicadores de opinião": economia, corte no custo do principal insumo - o papel.

Estes 2,54 centímetros a menos em cada folha impressa podem representar uma poupança de cerca de 10% no peso de cada edição. Uma grana preta.

Acontece que a maioria dos jornais brasileiros reajustou o preço de capa imediata-

mente depois da desvalorização cambial e antes mesmo que se esgotassem os estoques comprados em melhores condições. Aquele aumento acrescido dos futuros ganhos com a nova silhueta representará um reforço de caixa ponderável para os nossos combalidos jornais.

Sem arte

Tudo bem, empresa é para dar lucro, nada contra. Mas conviria que - numa indústria que coincidentemente também é serviço público - essas ocorrências fossem explicitadas e explicadas claramente ao leitor-cidadão. Em benefício da credibilidade da instituição jornalística.

A "portabilidade" é desculpa esfarrapada, assim também como a unificação das medidas para as inserções publicitárias (que poderia fazer-se no formato antigo).

Como reforço da argumentação, bem no estilo dos "macaquitos" colonizados, vem a informação de que 80 jornais de todo o mundo estão adotando as novas medidas. Entre eles o *Los Angeles Times* (hoje moralmente abalado, conduzido por um fabricante de cereais para *breakfast*) e, breve, o *Washington Post*. Nenhuma explicação sobre a recusa em aderir ao novo esquema por parte do melhor e mais lucrativo jornal do mundo, o *New York Times*. O jornalão americano continuará jornalão com os seus 34 centímetros de largura contra os 31,6 centímetros dos nossos magricelas.

O grave nesta mudança é que no dossiê distribuído pela ANJ aparecem as opiniões de administradores e tecnólogos a favor do alongamento mas nenhuma manifestação de jornalistas. Nem de diretores de arte, designers ou diagramadores.

Os jornais brasileiros vão ficar mais feios, espremidos e, portanto, menos comunicativos. Mas os responsáveis pela qualidade e apresentação das informações bem como pelo nível de satisfação dos consumidores sequer foram consultados.

Também não estão sendo anunciadas as indispensáveis reformas gráficas para compatibilizar as novas dimensões com uma nova concepção editorial. E, apesar da febre das sondagens de opinião, nenhum jornal, muito menos a ANJ, tiveram a humildade de ouvir o distinto público e promover um debate através de suas páginas. Afinal, este encolhimento é o primeiro passo para o jornal do futuro, bem menor.

Tabloidização

A verdade é que estas novas medidas aproximam-se do formato denominado "Berliner", o semi-tabloide muito usado na Europa (menor do que o *Le Monde*, próximo ao *El País*) concebido para um projeto de jornalismo qualitativo e interpretativo - destino final do veículo jornal.

Mas no Brasil a grande imprensa não gosta de discutir a imprensa. E quando o faz manda chamar a Universidade de Navarra ou o Poynter Institute. Este encolhimento foi apenas uma jogada financeira, nada a ver com o futuro e o papel do jornalismo cotidiano.

O que nos leva a imaginar um cenário inevitável: com o sensacionalismo generalizado e o império do marketing, nossos jornalões estão fadados a converter-se em autênticos tablóides.

Ninguém estranhará.

(Alberto Dines)

(20/6)

ARTIGO 222

Observatório vai à Câmara

Informe à Comissão Especial amplia debate sobre emenda constitucional

Reconhecendo a instituição que acionou o debate público sobre a modificação do artigo 222 da Constituição Federal (que trata da propriedade dos meios de comunicação), a Comissão Especial da Câmara dos Deputados convidou o *Observatório da Imprensa* para informar os seus integrantes sobre as razões que a tornam premente.

A iniciativa partiu do deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) primeiro relator do Projeto de Emenda Constitucional (hoje encarregado de relatar a Reforma do Judiciário) e foi endossada pelo atual presidente da Comissão, deputado Ayrton Xerez (PSDB-RJ) e o seu relator, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). O depoimento ocorreu no em 26/5/99.

A questão da propriedade das empresas jornalísticas vem sendo acompanhada ultimamente pela mídia nos seus aspectos mais sensacionais: a permissão para a entrada de grupos estrangeiros no setor, até agora claramente proibida no texto constitucional. A própria exposição de Alberto Dines na Câmara foi registrada de forma imprecisa: sendo favorável à participação de capitais estrangeiros, considera a questão como secundária (mesmo porque 90% dos grandes grupos nacionais já têm participação estrangeira velada). Mais importante é a democratização do capital das empresas jornalísticas através da abertura acionária e a livre captação de recursos no mercado de capitais.

A exposição foi iniciada com uma radiografia da situação das empresas jornalísticas brasileira e a constatação da gravidade da situação em que se encontram. Dines também entregou à mesa que dirigia os trabalhos da sessão um *aide-memoire* sobre a questão da propriedade

das empresas jornalísticas, transcrito integralmente a seguir.

“Por que alterar o artigo 222?”

Para permitir que a empresa jornalística brasileira possa desenvolver-se em condições de normalidade e, devidamente capitalizada, assuma plenamente suas responsabilidades sociais

Para permitir a democratização do capital da imprensa brasileira e evitar que a empresa jornalística deixe de ser instrumento de algumas poucas famílias ou grupos de pressão econômicos, políticos ou religiosos.

Para permitir que pessoa jurídica possa ser proprietária de empresas jornalísticas sem limite de capital.

Para permitir a entrada legítima de recursos nas empresas jornalísticas através do mercado de capitais atraindo fundos de investimento e fundos de pensão. Nesse sentido, as ações em mãos de pessoa jurídica devem gozar plenamente do direito a voto.

Para evitar a concentração da mídia e, sobretudo, oligopólios.

Para permitir de forma transparente a entrada de capitais estrangeiros no mercado da mídia dentro de certos limites. Esta participação estrangeira em nossa mídia já acontece de forma velada e informal. Mas, no caso de uma instituição da importância da imprensa, para que sua credibilidade não fique comprometida, é indispensável que as associações entre grupos nacionais e internacionais sejam claras.

Para atrair investidores para o mercado regional de jornais, hoje muito aquém do seu potencial e, em grande parte, dominado pelo coronelismo político.

Para criar mais postos de trabalho (razão pela qual a idéia foi apoiada no passado pela Fenaj).

Para melhorar a qualidade da mão de obra que assim poderá sair da universidade para os jornais regionais, deles para os jornais metropolitanos e, depois, para as revistas e redes de TV nacionais.

Para aumentar a concorrência e melhorar os padrões (especialmente na imprensa diária).

Conclusão: A entrada de capitais estrangeiros na mídia brasileira é secundária. As alterações propostas não visam sua desnacionalização, mas a democratização do capital.”

Não aos privilégios

Outra questão que está provocando grande celeuma dentro da Comissão Especial é a proposta endossada pelos deputados ligados às seitas evangélicas. Querem criar dentro da Constituição um dispositivo, casuístico, que isentará de tributos as entidades filantrópicas proprietárias de emissoras de rádio e TV.

A questão confronta a Globo, a Bandeirantes e o SBT de um lado e a Record de outro. Provocou um racha na Abert com a saída da Record e da TVA e a criação da Abatel (a Abril, no caso, movimenta-se apenas em função de seus interesses contra a Globo).

Indagado pelos deputados ligados às seitas evangélicas a respeito de suas pretensões, o editor do *Observatório da Imprensa* foi claro: uma República verdadeiramente democrática deve ser secular. Religião deve estar separada do Estado, portanto atividades religiosas não podem gozar de privilégios.

(5/6)

TELEVISÃO

'Pureza' e compromisso público

Publicidade institucional é alternativa para emissoras educativas

Alexandre Freire (*)

O que estaria em jogo com a decisão das TVs públicas brasileiras de veicular publicidade institucional no intervalo de suas programações? Para o presidente da Fundação Padre Anchieta, Jorge da Cunha Lima, responsável pela TV Cultura de São Paulo e defensor da iniciativa por questão de sobrevivência, parece que o que está em jogo é tudo. Em depoimento publicado no caderno Ilustrada da *Folha de S. Paulo* (20/5/99), ele argumentou que as educativas estão ameaçadas por insolvência financeira e, portanto, não podem mais contar apenas com a subvenção que recebem do Estado. "A pureza que vá para o brejo", sintetizou. Se a metáfora não deve ser levada ao pé da letra, contudo ela trai a consciência de que o risco de ir para o brejo não pode ser descartado.

A televisão educativa desempenha um papel que o segmento comercial não é capaz, por sua própria natureza, de exercer. As educativas – e é preferível tratá-las assim, uma vez que no Brasil elas são uma forma híbrida entre a televisão estatal (dependente do governo) e pública (independente do governo e dos interesses econômicos) – têm seu funcionamento balizado por aspectos normativos, isto é, por valores que abandonam a ideologia da neutralidade do mercado, pedra angular do pensamento neoliberal.

Formas de violência

Estes aspectos normativos, que eram antes implícitos, desde maio passado foram explicitados num decálogo colocado em discussão pela Abepec (Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Edu-

cativas e Culturais). Nele, as educativas se comprometem, entre outras coisas, a trabalhar para o bem da sociedade, educando, informando e entretendo; a buscar a inclusão social, a defesa de pluralidade e das minorias, a formação da identidade cultural; a promover o respeito à inteligência e à sensibilidade, o espírito crítico; a repudiar estímulos ao consumo e a formas de violência (*Folha de S. Paulo*, 14/4/99).

Taxa anual

A crítica, nos princípios acima, ao conteúdo veiculado pela programação dos canais privados não é mera coincidência, como é supérfluo notar. A mídia comercial tem como pressuposto fundamental de funcionamento o de vender audiências aos anunciantes. Para as TVs públicas, o telespectador é cidadão; para as comerciais, ele fica reduzido ao papel de consumidor. Esta simplificação assume aspectos particulares segundo o modelo de televisão de cada país. Uma rápida comparação entre o sistema brasileiro e o britânico ajuda a perceber as implicações que os dois modelos têm sobre o papel envergado pela mídia em cada sociedade.

No Brasil, tem-se, de um lado, a televisão comercial, que busca lucros e não sofre qualquer regulação por parte do governo, apesar de ser concessão pública. Do outro, as educativas, cujo problema principal está no fato de serem excessivamente vulneráveis aos governos dos Estados onde operam. Mudanças de administração geralmente significam trocas de pessoas, não somente das que ocupam cargos de confiança, mas mesmo de funcionários de menor importância, consequência de uma

cultura que transformou as educativas em cabides de emprego. A posse de um novo governador também costuma ser acompanhada de reorientações editoriais que fazem das TVs educativas sofisticados instrumentos de relações públicas.

Na Grã-Bretanha, o sistema de televisão, como um todo, está sob o conceito do chamado *public service broadcasting* (rádio-televisão como serviço público). No engenhoso esquema lá desenvolvido, a BBC é financiada por uma taxa paga anualmente por cada proprietário de um aparelho de televisão (*licence fee*); a televisão comercial (ITV, Independent Television) explora a publicidade, e o Channel Four (que tem como público alvo as minorias) é sustentado por um percentual sobre os lucros da televisão comercial. O arranjo tem um resultado satisfatório na medida em que a BBC, pública (não depende de dinheiro do governo nem dos anunciantes), cria parâmetros de qualidade com os quais a TV comercial tem de emular. Por seu lado, a ITV fustiga quaisquer veleidades elitistas da BBC, obrigando-a a levar em conta os índices de audiência conseguidos por seus programas.

Erotismo banal

No fundo, a distinção fundamental entre os dois modelos é que o brasileiro se pauta pela ideologia do livre mercado de idéias, um dogma liberal sem maior valor nos dias de hoje, na medida em que o telespectador, reduzido a consumidor, não tem escolha de conteúdo na televisão aberta. Este estado de coisas decorre da competição desenfreada por índices de

TELEVISÃO

O aperto do nó

Cresce ofensiva contra a rede pública de TV

O crítico de TV do primeiro caderno da *Folha de S. Paulo* quando se refere à TV Cultura (São Paulo) ou à TVE (Rio), define-as como "semi-estatais". Ele está correto: ambas estão empenhadas em deixar a esfera oficial. E ambas, com as respectivas redes, estão empenhadas em juntar esforços para constituir a Rede Pública de TV, único antídoto à TV comercial e zoológica.

A TVE adiantou-se no ano passado e transformou-se numa "organização social", projeto-piloto de uma doutrina aprovada pelo Legislativo que permitirá que o Estado deixe de lado uma série de atividades que não lhe competiam e as entregue à sociedade. É o Terceiro Setor que se articula. Graças a isso, a TVE tem condições de operar com mais desenvoltura, buscando patrocínios e até mesmo propaganda, dentro de certos limites.

Já a TV Cultura, mantida pela Fundação Padre Anchieta, não consegue fazer esses avanços em função da sua própria conformação estatutária. Mas como as atividades das emissoras educativas estão reguladas pelo Decreto-Lei 2367/67, promulgado durante a ditadura, defasado em mais de 30 anos das novas realidades e ainda não revogado, a melhor de nossas emissoras de televisão iniciou um trabalho para contorná-lo. Começou a aceitar mensagens institucionais para poder capitalizar-se e manter um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente.

É preciso registrar que a maioria esmagadora das grandes empresas brasileiras de jornalismo e comunicação também infringem a lei. No caso não é um diploma caduco, suata da ditadura. Infringem a lei maior, a própria Constituição (artigo 222) promulgada em 1988, por uma assembleia democrática e soberana que impede a participação de capitais estrangeiros em empresas jornalísticas

ou de comunicação. E ninguém estrila, muito menos a *Folha*.

Deve ser coincidência: no exato momento em que as empresas privadas de radiodifusão começam a reclamar da "concorrência" da Rede Pública na obtenção de verbas para patrocínios e propaganda institucional, a *Folha de S. Paulo* em novo esgar denunciou-sensacionalista, acusa a TV Cultura de infringir a lei exibindo propaganda (1ª página, ilustrada, 20/5/99). Teve que engolir no dia seguinte uma indignada e indigesta resposta do jornalista Jorge da Cunha Lima.

Num seminário promovido pelo Ministério das Comunicações, em Brasília, para produzir aportes à nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massas (10 e 11 de maio), e para o qual este *Observatório* também foi convidado, foram registradas diversas críticas à entrada da Rede Pública (sic) no mercado publicitário vocalizadas pelas diversas tendências que se digladiam dentro da Abert. Exatos dez dias depois, eis a *Folha* batendo na mesma tecla. Justamente o único dos grandes jornais brasileiros que oferecia apoio ostensivo à Cultura, para fingir-se de "independente", alia-se ao patronato da radiodifusão, hoje fracionado em querelas e quizílias que não o qualificam.

Mais incrível é a posição do PSB paulista (teoricamente um partido de esquerda) que, ao invés de pedir a imediata revogação do Decreto Lei 2.367, invoca a preservação da função cultural da TV Cultura para impedi-la de buscar receita financeira e, assim, sustentar a celebrada qualidade da sua programação. E agora pasmem: o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para mostrar serviço, imediatamente anunciou que vai investigar a contabilidade da TV Cultura. Quer comprovar a entrada de recursos advindos de anúncios.

A *Folha* está correta quando designa a TV Cultura e a TVE como semi-estatais. Ela quer que continuem dependendo de verbas oficiais. Ela tem horror à idéia de uma Rede Pública efetiva, autônoma, voltada para a sociedade, porque quer abancar-se como a única alternativa aos abjetos padrões hoje imperantes na mídia brasileira. Não vai conseguir. (A.D.)(5/6)

audiência, o que leva um canal a macaquear o outro atrás de fórmulas que lhes tragam os anunciantes. Tais fórmulas fazem todo tipo de concessão ao erotismo banal, à exploração da miséria humana e ao pseudo-jornalismo, que trata acontecimentos pelo que eles tenham de espetacular, abrindo mão de qualquer tentativa de lhes dar sentido. A melhor síntese desse quadro, no Brasil, está na patética programação de domingo.

Caminho do brejo

O modelo britânico, ao contrário, articula-se em torno do ideal normativo do espaço público. Esta construção teórica, ainda que inatingível num mundo complexo como o contemporâneo, estabelece um parâmetro a ser perseguido. No espaço público, as pessoas são fins-em-si, na tradição iluminista de Kant, e exercitam sua racionalidade de maneira solidária, no intuito de renovar sua riqueza cultural, de integrar a sociedade em que vivem e de fortalecer a personalidade de seus cidadãos.

No momento em que as TVs educativas no Brasil dão um passo na busca de afrouxar suas amarras com o Estado, por intermédio da genuína publicidade institucional, elas se movem na direção de fortalecer o espaço público, alimentando o debate sobre a relação que existe entre a democratização dos meios de comunicação e o fortalecimento da cidadania. A um país embrutecido pela exclusão social, pelos desmandos da administração pública e pela arrogância de suas elites, resta lutar para que a qualidade da televisão educativa não tome o caminho do brejo.

(*) *Jornalista, doutorando em jornalismo e filosofia política pela University of Wales, Cardiff. E-mail: alfreire@bhnet.com.br*

(5/6)

ALBERTO DINES

A presunção de culpa

Reportagem? Investigação? Panfleto? Receptação?

Houve várias alternativas. Uma coisa era certa, a bomba deveria estourar na edição de terça-feira para que, no final de semana, os semanários inflassem o assunto com mais gás. Uma das hipóteses era publicar em capítulos, mas corria-se o risco de faltar combustível até a sexta-feira. Considerando o potencial das revelações, optou-se pelo petardo único – 12 páginas e o alto da primeira página.

Griffe (selo) – Na derrubada de Fernando Collor de Melo, imediatamente após a capa de *Vêja*, a *Folha de S. Paulo* já tinha inventado um logotipo e produzido uma sentença: o então presidente era culpado e teria que seguir o caminho de Nixon. De Watergate a Collorgate, a escolha foi óbvia. Tratava-se de uma cruzada. Agora, seria preciso dar um clima ponderado de investigação. Ganhou a fórmula “Os Segredos do Poder”. A idéia de “investigação” não se sustentou, pela falta de informações complementares. Ficou imediatamente óbvio que as fitas foram entregues ao jornal por alguém interessado em fazer escândalo. No fim-de-semana, a *griffe* evaporara do jornal e a reação dos semanários foi morna.

Cautelas – No primeiro dia, na matéria de capa, o leitor não foi avisado dos termos do editorial da página dois em que o jornal reconhecia que a escuta clandestina é ato criminoso. Era o mínimo que o jornal deveria fazer, considerando que o leitor não é bacharel nem conhece os procedimentos jornalísticos. Também não se tentou ouvir o outro lado. Isso só foi feito no dia em que começou a publicação. Na quinta-feira (27/5) o jornal entrou na defensiva, começou a explicar-se. Dois textos tentaram oferecer precedentes históricos e argumentos éticos. Um deles, assinado pelo diretor

da Redação, na página 2, admite que a captação das informações foi ilícita e que a entrega das fitas foi mal-intencionada. Mas atrapalhou-se flagrantemente ao alegar que o jornal averiguou a veracidade das informações contidas nos diálogos. Até o domingo, 30/5, o jornal não conseguiu produzir nenhuma informação adicional que corroborasse a suspeita sobre a probidade do presidente. Ao contrário.

Reação dos outros – Como sempre esbaforida e pífia. Ninguém conseguiu adiantar coisa alguma a não ser as esperadas declarações do governo e oposição. No dia seguinte (quarta, 26/5) a manchete mais original (porque interpretativa) foi a do *Jornal do Brasil*: “Consumidor ganha, mas a crise do grampo ainda afeta teles”. Tônica também usada por *Época* na matéria de capa, para esquentar o assunto. Como a nenhum semanário foi oferecida alguma sobra de fita como consolação, não puderam participar com a sua quota de “investigação”.

Reação dos leitores – A Ombudsman da *Folha* registrou que a maioria das cartas recebidas foi de apoio às denúncias do jornal. Mas não ofereceu cifras do total de cartas recebidas – deveria. No entanto, registrou algo que considerou “expressivo”: entre quarta e sexta-feira recebeu 51 telefonemas de leitores sobre o assunto. Desses, 43 condenaram o jornal e apenas 8 apoiaram. Embora faça reparos ao comportamento do seu jornal, a Ouvidora refere-se à “reportagem que revelou o mais completo bastidor da privatização do sistema Telebrás”.

Reportagem ou transcrição? – Levando-se em conta o significado geral do verbo “reportar” (contar, referir-se, etc.) a matéria da *Folha* pode ser considerada

como reportagem. Mas na linguagem profissional, estrita, técnica, uma reportagem pressupõe a busca de informações sobre algo acontecido (ou não). Aqui deu-se o contrário: as informações foram buscar o jornal. E o jornal as transcreveu, editou, explicou e tirou conclusões antes mesmo da publicação. Uma coisa é o jornalista movimentar-se para buscar a verdade. Outra, é a fonte que se movimenta para trazer ao jornalista a sua versão da verdade. Vale a pena refletir sobre essa pequena diferença.

Final melancólico – A edição dominical da *Folha* (30/5/99) revela que apesar do lançamento bombástico houve mais “edição” do que “reportagem”. Mais cruzada do que informação. Mais emoção (=barulho) do que comprovação. Cinco dias depois das estrondosas revelações que abalaram as bolsas e foram para a primeira página dos principais jornais do mundo, o jornal não tinha mais munição: teve que recorrer a uma história em quadrinhos, toscamente desenhada e pifamente concedida sobre algo que sequer tinham aventado: a autoria do grampo (isso, sim, reportagem mas de outro jornal, o *Correio Braziliense*). Ficou sepultada na página interna (1-13), sem a menor referência na capa, a defesa dos envolvidos no grampo do BNDES (Mendonça de Barros, André Lara e Pio Borges). No pequeno texto de 19 linhas que antecede o catatau está dito que trata-se de “um resumo preparado pelos advogados e está sendo publicado pela *Folha* para permitir ao leitor conhecer suas versões em detalhes”. Em outras palavras: a *Folha* capitulou aos argumentos legais e afinal abrigou o outro lado. Generosamente.

Presunção de culpa – Convém examinar com atenção o logotipo ou selo das matérias iniciais. O título “Segredos do



Jornalismo de vazamentos

Como sempre, a imprensa saiu pela tangente ao noticiar o despacho do ministro do STF Sepúlveda Pertence acatando a liminar em favor do ex-presidente do Banco Central. Ao justificar a suspensão do sigilo telefônico, fiscal e bancário de Francisco Lopes, o magistrado (que nas última temporada eleitoral foi candidato a candidato das oposições) fez as seguintes considerações:

“...É fato notório que as CPIs não se têm preocupado em resguardar o segredo legalmente imposto aos dados obtidos a partir de sua intervenção nas áreas protegidas de privacidade. É cotidiana, pelo contrário, a sua divulgação pela imprensa.”

Este trecho foi publicado pelo *Estado de S.Paulo* (17/6/99, pág. A-4), o jornal que melhor destacou as alegações do ministro Pertence (mereceu até o subtítulo: “Despacho de ministro critica comissões por divulgar dados secretos”). Convém lembrar que o mesmo jornalão teve a ousadia de assumir em manchete de primeira página que estava servindo-se de uma vazamento irregular.

O resto da grande imprensa nacional (inclusive a *Gazeta Mercantil*) sepultou o arrazoado do magistrado. E não foi por falta de espaço. Foi pudor. Ou falta de pudor. Como a grande beneficiária do vazamento de informações sigilosas, não lhe convém aparecer como cúmplice desta clamorosa irregularidade.

Por essa razão a moçada de Brasília saiu correndo atrás dos senadores para que contestassem o despacho de Pertence apresentando-o como alavanca de uma “crise institucional”. Bobagem. Na sexta-feira (18/6/99), com despacho favorável do ministro Ilmar Galvão, o Supremo suspendeu a indisponibilidade dos bens de Salvatore Cacciola.

O STF é o zelador da Constituição, não cabe aos senadores argüir uma decisão da Suprema Corte. Crise institucional ocorre quando um dos poderes da República, a imprensa, foge às suas responsabilidades e deveres sonogando e manipulando as informações.

(20/6)

Poder” está embaixo da foto muito nítida de Fernando Henrique Cardoso e de uma fita de gravação. Não era uma imagem simbólica e genérica do poder (exemplo: os pilotos da capital). Era a própria pessoa de FHC. Antes mesmo do leitor inteirar-se do teor da matéria já estava sendo induzido a acreditar que esses segredos comprometiam o presidente.

Manchete da 1ª matéria (terça, 25/5/99): “FHC tomou partido de um dos grupos no leilão da Telebrás”.

Manchete da 2ª matéria (quarta,

26/5/99): “Fita derruba versão do governo sobre interferência em leilão”.

Manchete do 3º dia (quinta, 27/5/99): “Bolsa de SP sob 6% e dólar cai 1,7%”. Sobre os grampos, duas chamadas secundárias de capa: “Malan quis anteciper ao FMI discurso de FHC” e “Governistas abafam CPI da privatização”.

Manchete do 4º dia (sexta, 28/5): “Para FHC, oposição age com levandade”.

E, para o leitor, quem é o leviano?

A morte de Bilinha

Se a cobertura internacional é pífia, a local ainda é pior. O caso do assassinato de João, vulgo Bilinha, 16 anos, em frente a igreja da Candelária, no Rio, é exemplar. O rapaz foi assassinado com um tiro no peito por um motorista de táxi às 15h30 de segunda-feira, 14/6.

Havia tempo para investigar. *O Jornal do Brasil* publicou uma impressionante foto do cadáver na primeira página, com a Candelária ao fundo. *O Globo* deu matéria grande na página 16, de Polícia. Mas foi no *Estado de S.Paulo* que a história e a vítima ganharam a sua verdadeira dimensão. Bilinha era sobrevivente da Chacina da Candelária (julho de 93). Vivia com outros sobreviventes nos viadutos das cercanias. Catavam papel, com o dinheiro cheiravam cola e jogavam fliperama. Todas as testemunhas coincidem no relato: não houve tentativa de assalto, foi assassinato premeditado. Continuação de 1993.

Os dois jornais cariocas comeram mosca, contaram uma história de forma retilínea. E ignoraram o principal. *A Folha* nem isso. A repórter da sucursal do *Estadão* fez o que se espera de um bom repórter: além de ir à rua, apurou. E contou uma história dramática.

Isso não significa que a reportagem de polícia do Rio seja pior do que a de São Paulo (o inverso também poderia acontecer). É apenas uma demonstração do estado do jornalismo de campo, o jornalismo de rua, o jornalismo de verdade.

Dia seguinte, os dois jornais cariocas contaram a história como deveriam ter feito na véspera. Depois disso a morte de Bilinha evaporou-se do noticiário.

(20/6)

CIDADANIA

A raposa e as galinhas

A propósito do homem probo e das tarefas do Estado

Ana Lúcia Amaral (*)

A origem do valor ético do homem probo perde-se na memória dos tempos. Não importa a cultura e/ou religião, a idéia do homem probo está sempre a orientar as regras de convivência humana. Deve-se, assim, ser probo na vida privada e na vida pública; com o que é privado e com o que é público. Os fatos que estão a lotar as páginas dos jornais e as imagens da TV só vêm demonstrar que, se na vida privada a probidade é tão necessária, na vida pública, no que diz respeito à coisa pública, ela é imprescindível.

Está inscrito na Constituição Federal, entre os objetivos da República Federativa do Brasil, a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais (inciso III, do art. 3.). Na República, entendida como uma coletividade de coisas às quais todos, o povo, têm igual direito, nosso Estado tem tarefas a cumprir.

Comando constitucional

É sabido que uma parte enorme da sociedade não consegue, apenas com sua iniciativa particular, no estreito âmbito da sua vida privada, atender às suas mais elementares necessidades. De sorte que o Estado, através do patrimônio público – formado pela contribuição de todos que compõem a sociedade brasileira –, é chamado a possibilitar o acesso à cidadania pela prestação de serviços públicos essenciais.

As obrigações a cargo do Poder Público são tão fundamentais que está inserto na Constituição Federal que “os atos de improbidade administrativa importarão em suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e

gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível de ressarcimento” (parágrafo 4 do art. 37 da CF).

Assim, está claríssimo que a Administração Pública, quer federal, estadual ou municipal, tem que se pautar pela probidade. Administração Pública administra o patrimônio público, e ao cuidar do que não é de ninguém, individualmente considerado, mas de todos, tem que ser probo. Se não se pautar o agente público, e os particulares que vierem a negociar com a administração pública, pelos princípios da “legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade” (art. 37 caput, da CF), terão que responder na esfera administrativa (ação de improbidade deverá desencadear procedimento administrativo), na esfera civil (ação de responsabilidade para fins de ressarcimento ao erário público) e na esfera penal (em caso da conduta também configurar um crime).

A proteção da coisa pública é tão fundamental que o constituinte de 1988 cuidou de instrumentalizar sua efetivação, ao incluir entre as funções institucionais do Ministério Público a promoção do inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público (inciso III do art. 129 da CF).

Iniciativa própria

Realizando o comando constitucional, foi editada a Lei nº 8.429/92, conhecida como a Lei da Probidade Administrativa. Como toda lei que se submete aos comandos constitucionais, a Lei nº 8.429/92, ao disciplinar o procedimento administrativo e o processo judicial (arts. 14 a 18) relativos à apuração de atos de improbidade, identificando seus agentes e os danos ao

patrimônio público, aponta em diversos dispositivos a iniciativa do Ministério Público, que poderá agir tanto por provocação do próprio órgão administrativo envolvido/lesado como de qualquer cidadão; ou então de ofício, por iniciativa própria.

Ato de improbidade

O Ministério Público, obrigatoriamente, deverá participar da apuração dos atos de improbidade administrativa, ora como fiscal da lei, nas ações iniciadas por outros entes legitimados, ora como autor. Poderá, então, tanto participar dos procedimentos instaurados pela própria autoridade administrativa como conduzir o procedimento administrativo – inquérito civil público – e instaurar a conseqüente ação civil pública para o fim de (provadas as responsabilidades civis dos agentes públicos e/ou particulares envolvidos com os atos de improbidade) obter o ressarcimento ao erário público. Tudo isso sem prejuízo da persecução da responsabilidade penal, se também capitulado como crime o ato de improbidade.

A respeito da atuação do Ministério Público nos casos envolvendo atos de improbidade, têm sido publicados nos jornais artigos e/ou comentários de “juristas” e outros que se atribuem autoridade para falar sobre tudo, mormente quando em defesa do poder econômico e/ou político. Entre as “pérolas” de tais artigos está a afirmação segundo a qual a Lei nº 8.429/92 estabeleceu “uma faculdade” ao Ministério Público, tribunal ou conselho acompanharem, na esfera administrativa, o procedimento instaurado. Trata-se, na verdade, de uma obrigação legal, pois, uma vez formalizada a representação dando notícia do ato de

CIDADANIA

improbidade, terá a autoridade administrativa que fundamentar sua eventual decisão para arquivá-la (art. 14, parágrafo 2º). E não poderia ser de outra forma, vez que o direito público à proteção do patrimônio público é indisponível. O que é indisponível não comporta faculdade, mas implica obrigação! E por ser indisponível o direito à indenização do dano decorrente do ato de improbidade há a obrigatoriedade da propositura da ação judicial.

Há "juristas" afirmando por aí que "a ação civil pública e instauração de inquérito civil público não se ajustam à indisponibilidade que o legislador impôs às ações que visem ressarcir o erário por danos originados em ato de improbidade". Quem disse que o inquérito civil e a ação civil pública são disponíveis?!? Tanto não o são que eventual decisão pelo arquivamento do inquérito civil e/ou desistência da ação civil deve submeter-se à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, quer federal quer estadual, dependendo da esfera na qual foi instaurado.

Patrimônio público

Outra incorreção está no se afirmar, contra a utilização de ação civil pública pelo Ministério Público, que o "dano ao patrimônio público, com origem em ato praticado por servidor, não atinge direito difuso ou coletivo, mas diretamente a *res publica*, que tem como titular do direito o próprio Estado, a administração pública". Por primeiro, a Constituição Federal estabeleceu como função institucional do Ministério Público a defesa do patrimônio público. Além desse direito difuso – pois o patrimônio público é um direito difuso, porque não pode ser tomado sob a titularidade de uma única pessoa, por ser de todo o povo –, a Constituição confere legitimidade para o Ministério Público promover a defesa de outros direitos difusos e coletivos. Basta ler o inciso III do art. 129 já mencionado...

Abaixo do texto constitucional, há a

previsão contida na Lei Complementar nº 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), no art. 7, inciso III dessa função institucional. De acordo com os três incisos do referido dispositivo, tanto o Ministério Público Federal pode tomar a iniciativa de instaurar o inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos ou requisitar que a autoridade competente o faça, para se evitar que tenha o Ministério Público Federal que substituir todas as autoridades administrativas na tarefa de zelar pelo patrimônio público. O caso do TRT de São Paulo, sob a administração do juiz Nicolau dos Santos Neto, é exemplar para demonstrar o que poderia ocorrer se o Ministério Público Federal se limitasse a fazer a requisição de instauração de procedimento administrativo à autoridade administrativa, no caso o próprio presidente do TRT-SP, para apurar as responsabilidades pelos desvios de recursos públicos... Seria deixar o galinheiro aos cuidados da raposa!

Argumentando-se contra a investigação de atos de improbidade pelo Ministério Público, há os que entendem haver nessa intervenção a imposição de constrangimento contra o funcionário investigado. Onde está escrito na Constituição Federal que o órgão a que pertence o servidor investigado estará mais apto a fazer a investigação? Não se deve perder de vista as injunções decorrentes de hierarquia entre o agente público investigador e o investigado, o que não se verifica quando o Ministério Público conduz a investigação. Ou ocorre a impunidade ou lamentáveis perseguições – estas, sim, violadoras do direito de ampla defesa do funcionário investigado.

Caminho da impunidade

Outro tanto poder-se-ia dizer no que tange à suposta proibição do Ministério Público em promover investigações voltadas à persecução penal. Se o Ministério Público tem a exclusividade da iniciativa da ação penal, e se o inquérito penal é o instru-

mento de que se vale para formar a convicção do órgão do MP responsável pelo caso, estar ele no comando das investigações, ainda que a execução material dos atos fique a cargo da polícia judiciária, é da lógica do sistema. O inquérito criminal é desenvolvido para formar a convicção do promotor/procurador sobre a existência ou não de crime. Nada mais coerente que intervenha o órgão responsável no curso das investigações com o fito de buscar as provas necessárias ao embasamento de uma denúncia criminal. Tanto é que mesmo considerando a autoridade policial concluídas as investigações, o promotor/procurador responsável pelo caso poderá determinar outras diligências até que se sinta seguro – quer no sentido de haver fundamento para a formalização da denúncia ou pelo arquivamento do inquérito. A investigação malfeita é o caminho por onde passa a impunidade.

Grande lesado

Hoje, na defesa da coisa pública, o Ministério Público está incumbido de promover todas as ações necessárias para coibir tantos abusos. Enfim, está claro que a sanção pode sair do âmbito dos desvalidos e chegar aos altos escalões governamentais. Eis aí a razão de tanta estupefação, havendo até quem interprete o exercício funcional dos integrantes do Ministério Público como "ato de arbítrio", "exibicionismo", "truculência", que estaria a ensejar a iniciativa de projetos de lei e, até, de reforma constitucional para um bom "cala boca" em nome da "preservação dos direitos individuais, como a intimidade, o sigilo bancário" etc.

Só que "povão", o grande lesado pelos atos de improbidade, não entende por que, para defender os ditos "direitos individuais", que a bem da verdade são privilégios de uns ungidos pelo poder, tenha ele de continuar sem os seus direitos respeitados.

(*) Procuradora regional da República no Ministério Público Federal em São Paulo, associada do Instituto de Estudos "Direito & Cidadania"

OBSERVATÓRIO LITERÁRIO

Monstro Macobeba vs. caboclo Mitavaí

Ou de como querem forçar mr. Mercado a matar o leitor

Esdras do Nascimento

Em artigo para o suplemento Idéias, do *Jornal do Brasil*, Luciana Villas-Boas, diretora da Record, uma das maiores editoras do país, diz que o aumento do número de títulos lançados, no momento, é proporcional à redução das tiragens, e que “numa competição quase autofágica, os editores estão disputando aquele profissional liberal que já compra oito ou nove títulos por mês, e espera-se que ele compre o décimo ou décimo primeiro livro”.

Para os meses de fevereiro e março de 1999 estava previsto um cataclismo na venda de livros. Ocorreu o contrário. Pelo menos na Editora Record, houve aumento de 12,6% com relação ao mesmo período do ano anterior. “À primeira vista, uma notícia espetacular, surpreendente”, comenta Luciana Villas-Boas. “Mas o que se tem aqui é também mais um sinal do difícil quadro educacional, cultural e literário deste país. Um indicador claro de quanto a leitura é privilégio em nossa sociedade.”

Dizem alguns ingênuos que durante as crises as pessoas lêem mais. Isso de fato ocorreu nos Estados Unidos, logo depois do *crash* da Bolsa de Valores, em 1929. Mas lá já havia uma população altamente alfabetizada e quase inexistentes opções de lazer doméstico. Televisão, vídeo, discos compactos de música, Internet, por exemplo, sequer eram ainda sonhos. “Leitura exige formação: conjuntura econômica não forma leitor.”

Segundo as estatísticas, seriam produzidos no Brasil 400 milhões de livros por ano e haveria no país 80 milhões de leitores. Nesses números estão provavelmente incluídos folhetos de dez páginas distribuídos nas portas das igrejas evangélicas e panfletos de

diversos tipos. E também livros de grande importância que só alcançam tiragens significativas porque são de leitura obrigatória nas escolas.

Sistema educacional eficiente, comida na boca do povo, saúde pública menos cruel, salários decentes que permitissem idas ao cinema, ao teatro, às salas de concertos, e aquisição de livros, além do aumento do número de bibliotecas públicas seriam as soluções óbvias para o problema da falta de leitores, estivesse o atual governo interessado nessas questões e não apenas em repassar dinheiro dos contribuintes para bancos em dificuldades reais ou forçadas.

Mesmo assim, algumas coisas podem ser tentadas. Nos jornais, por exemplo. No passado, cada jornal tinha o seu colunista literário, que dava informações aos leitores sobre o que se passava no mundo dos livros. Na *Última Hora*, atuava Mauritônio Meira; no *O Jornal*, Valdemar Cavalcanti; no *Correio da Manhã*, José Condé; no *Globo*, Antônio Olinto. Na *Tribuna da Imprensa*, eu mantinha seção diária de informação e crítica. Além disso, havia os rodapés famosos e artigos assinados por Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Paulo Rónai, Wilson Martins, M. Cavalcanti Proença e Franklin de Oliveira, entre outros. A publicação de um romance, uma coletânea de poemas ou um livro de contos era notícia importante e gerava debates. Disso naturalmente resultava a formação de leitores qualificados, em condição de refletir criticamente sobre a realidade nacional.

Desapareceram essas colunas e esses artigos. Quase tudo o que lembrava cultura foi banido. Entraram no lugar:

- ↳ colunas sociais chifrins;
- ↳ páginas de rock;

- ↳ fofocas sobre atores e atrizes de tevê;
- ↳ resenhas sintéticas de livros recém-lançados — de preferência, estrangeiros, é claro;
- ↳ a mamadeira da filha da Xuxa;
- ↳ quem esteve na ilha de *Caras*;
- ↳ bumbum mais bonitinho da semana;
- ↳ comentários apressados e muitas vezes primários e tendenciosos sobre economia;
- ↳ manchetes sobre o sobe e desce das bolsas de valores (como se todo mundo no Brasil, ganhando salário mínimo, jogasse nessas bolsas), desvios de verbas, galhofas sobre comissões parlamentares de inquérito;
- ↳ sensacionalismo sobre crimes, que no passado só seriam explorados, da maneira como estão sendo, em determinado tipo de jornal não muito bem conceituado;
- ↳ restaurantes novos que vendem pratos deliciosos, aonde “todo mundo” está indo.

Coisas assim.

Isso tudo resultou na criação demoníaca de um personagem histórico chamado Mercado, diante do qual todos religiosamente se agacham. E quase ninguém mais se pergunta se vale ou não a pena ler determinado livro, assistir a uma peça em cartaz, ouvir uma orquestra, ir a uma exposição de artes plásticas. O que se pergunta e o que se noticia é: quanto vendeu, quantas pessoas assistiriam, quantas mulheres do society estavam lá?

Tudo isso pode ser mudado, é claro. Se os editores de jornais, revistas, rádios e tevês — muitos deles, sem dúvida alguma, capazes e angustiados com a atual situação — se derem ao trabalho e puderem pensar a respeito.

Quanto ao pessoal do governo, sei lá, sei não. Não faço fé. Praza aos céus que eu me engane. (5/6)

CAIXOTINS

Mídia perdida...

...entre o prosaico e o assustador quando o assunto é bioética

Comissão de Cidadania e Reprodução (*)

Casais estéreis criam mercado de compra de óvulos de universitárias com boas notas" (*O Globo*, 17/1/99); "Uso de rato em fecundação humana cria polêmica" (*O Estado de S.Paulo*, 17/3/99); "Gêmeos, e de raças diferentes" (*Jornal do Brasil*, 31/3/99); "Mulher que usou espermatozóide de morto dá à luz" (*O Globo*, 27/3/99).

Cada uma dessas matérias contém algo de inusitado, prosaico, insólito, assustador. Mas será o papel da mídia nos manter apenas perplexos diante de tantas transformações? Ou, para além da perplexidade diante do fantástico, é trabalho da imprensa refletir sobre os novos valores bioéticos dessas "descobertas" da ciência da reprodução? A CCR acredita que é papel da mídia ajudar a sociedade nesta reflexão, e o *Olhar sobre a Mídia* [publicação da Comissão de Cidadania e Reprodução, disponível em <http://www.ccr.gov.br>] aponta algumas das questões que precisam ser levantadas pela imprensa.

Casais abastados e inférteis buscam o filho perfeito como quem escolhe um vestido ou o próximo carro. Um médico italiano afirma ter conseguido desenvolver a gestação de quatro bebês a partir da maturação, em ratos, de espermatozoides de homens inférteis. Nova técnica permite a produção de uma criança geneticamente aparentada de duas pessoas do mesmo sexo através da combinação de dois embriões, os "bebês químera", o que permite a procriação de casais homossexuais. Num erro de manuseio ambulatorial, uma mulher em Nova York deu à luz uma criança da raça branca e seu gêmeo da raça negra. Uma mulher em Los Angeles deu à luz uma criança cujo pai morrera horas antes de seus esperma-

tozoides serem coletados. Nos EUA não existe lei que exija autorização por escrito do homem para que seu esperma seja utilizado após a morte. Quem deve decidir sobre a destinação dos espermatozoides de alguém que já não vive?

Fora um ou outro artigo traduzido, não há o esforço mínimo de buscar reflexão. Afinal, quais são as implicações bioéticas? Que efeitos estas novas técnicas terão a médio prazo? Que riscos trazem? E, sobretudo, a quem interessa? Quais fenômenos sociais estão por trás desta aparente obstinação por fertilidade? Registra-se em quase todo o mundo uma significativa queda da fecundidade, especialmente nos países desenvolvidos, indicando o desejo de diminuir o número de filhos. Aumenta significativamente o número de casais que conscientemente optam por não ter filhos. Que necessidades sociais estariam movimentando a indústria da reprodução assistida? Uma pequena parcela de casais abastados e infelizes forneceriam motivos suficientes para influenciar todo o desenvolvimento tecnológico que se observa? Haveria outros propósitos nessa busca desenfreada?

Estas são perguntas que não podem mais sair da cabeça dos jornalistas que cobrem o tema. Os avanços tecnológicos são cada vez mais velozes e o espaço dedicado ao assunto, cresceu: o item Reprodução ocupou 25% do noticiário de saúde reprodutiva no primeiro quadrimestre deste ano, contra 10% no período anterior; e o item Fisiologia da Reprodução saltou de 5% para 18%. Mas nem o ritmo naturalmente frenético da mídia será capaz de alcançar o bonde desta história se nele não pendurarmos, agora, todas essas perguntas.

(*) Fundada em 1991, <www.ccr.org.br> (5/6)

O furo não é meu? Dane-se o leitor!

Marinilda Carvalho

O guru Mino Carta põe os pingos nos **O**is de uma antiga reclamação do guru Alberto Dines sobre o segundo maior mal – na minha opinião, claro – da imprensa brasileira: não desenvolver os furos da concorrência. O editorial "Os donos dos fatos", no número 99 de *CartaCapital*, é preciso: "...um estranho vezo, hábito arraigado, pendor irresistível, perpassa as redações, habitadas em larga maioria por profissionais envolvidos até os olhos nas brigas da concorrência e devotados mais às causas e aos negócios dos patrões do que aos interesses dos leitores. Da opinião pública. Da sociedade em geral. Da Nação".

Mino se refere a todos os furos de reportagem de sua revista, e eles foram muitos, ignorados pelo restante da imprensa. Tirando o caso Collor, se um veículo dá uma notícia em primeira mão, o outro não vai atrás.

"Imagine, passar recibo?!" – é o que se ouve, nas redações, de gente que não teve guru e se perdeu no jornalismo.

Ah, o primeiro maior mal da imprensa brasileira – claro, na minha opinião – é não fazer oposição, como ensina o guru Millôr.

(20/6)

Globotomídia, uma experiência transgênica

Eduardo Martínez

Lobotomia, segundo o *Aurélio*, significa intervenção artificial nos lóbulos que causa profunda alteração nos sentidos. O prefixo e o sufixo – globo e mídia – criam um palavróide: uma palavra andróide

CAIXOTINS

que define com precisão observatoriana a lobotomia global através da mídia.

O pensamento único tem dois lados óbvios que ululam entre efeitos especiais tipo *Guerra nas Estrelas*, *Raposas no Deserto* ou *Vale do Rio Amargo* - antes Doce, antes fosse - e complicam nosso volver à esquerda - o lado do coração. O escancarado nos diverte enquanto nos come literalmente pelas beiradas, aparentemente nus e crus em argumentos alternativos. O segundo lado é a unidade de valor impessoal transgênica: o dólar. Diga-se de viagem que o último lado é o dado viciado da moeda.

No último 17 de maio, o Ministério da Agricultura e do Desabastecimento concedeu o registro que autoriza a Monsanto (nem tanto) a produzir e comercializar no país cinco variedades de soja geneticamente modificada. O secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul achou absurda a iniciativa altamente suspeita do ministro caTurra (aquele pássaro que vive repetindo o que o dono dita).

Enlatados artísticos

Muito se diz e pouco se fala sobre transgênicos. Independentemente do direito de patente sobre a biodiversidade, ou seja, o direito de botar a biodiversidade na privada e dar descarga, o que os midiotas não dizem é que, como a cultura, a economia, a tecnologia, a agricultura deve ter princípios naturais.

Por exemplo: o desenvolvimento de sementes deve ter em mente a produção de alimentos saudáveis e nutritivos em grande quantidade e que cheguem à mesa do Dines, do Bonner, do João, da Maria, do José baratos. Quando a semente é desenvolvida para ser resistente ao herbicida do laboratório que a modificou geneticamente, a natureza é morta sem arte e enterada viva nos pratos esvaziados pela economia transgênica.

Não é novidade a manipulação em laboratório da cultura ocidental. O famigerado Documento de Santa Fé 1 - proposta de

política externa do então candidato à presidência da terra do tio Samuel, o ator-presidente ou presidente-ator Ronald Reagan - sugeria investimentos maciços no folclore da América Latina, em vias de redemocratização (transgênica!), e ações que esvaziassem as manifestações culturais - que fazem o povo pensar e, como dizia José Martí, conhecer é resolver.

O que aconteceu? Grandes redes de comunicação e manipulação de massa, enlatados supostamente artísticos, máfias do dendê, a Xuxa ensinando nossas crianças a procriar sem a necessidade de um estábulo e um carpinteiro a caminho de Nazaré, um presidente da República que fala do próprio governo como se fosse alguém distante, quase outro, em quem deposita seus defeitos, um país inteiro oscilando nas bolsas de inversão de valores.

Do jeito que as cesarianas tomaram o lugar do parto normal, a amamentação perdeu o seio materno para a *Playboy*, o amor é sufocado pela camisinha, o país é governado por um analfabeto intelectual infectado pelo vírus a ser eterno, será que não somos transgênicos sem saber?

(5/6)

Bichos e censura

Luiz Augusto Araujo Pereira (*)

Elamentável constatar o declínio profissional que vem apresentando o programa *Globo Repórter*, exibido às sextas-feiras na Rede Globo.

Famoso ao longo dos anos por apresentar grandes reportagens, atualmente o programa vem se portando talvez de maneira ecologicamente correta, mas nem um pouco socialmente correto. Com tantos problemas sociais, econômicos e políticos em nosso país, como no caso das CPIs e outros, até agora nenhuma reportagem a respeito. Sabe-se lá o motivo dessa cegueira social. Em contrapartida, o programa exhibe uma ótima visão do mundo animal. Não que se tenha algo contra documentários ecológi-

cos, mas para isso a emissora tem um produto específico, o *Globo Ecologia*.

O *Globo Repórter* tornou-se anti-profissional, negando-se a reportar os acontecimentos do país e do mundo. E abdicou de sua função social, revelando-se, com sua autocensura, um agente manipulador.

(*) Estudante do 3º período de Jornalismo, Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, MG

(5/6)

A CJI da Veja

José Afonso Queiroz

A entrevista com Olívio Dutra, nas páginas amarelas da *Veja*, expõe um comportamento dos repórteres muito parecido com o de uma CPI: não se pretende informar aos leitores o que pensa e faz Olívio Dutra, mas o quanto as suas posições são diferentes dos princípios e da ideologia dos repórteres, como se eles fossem donos da verdade ou fiscalizassem a observância da lei - uma verdadeira Comissão Jornalística de Inquérito. Não fiquei sabendo o que está fazendo ou pensando Olívio Dutra como administrador de um grande estado do país, mas descobri precisamente como sua ideologia é diferente da dos entrevistados.

Demonstraram falta de honestidade e de habilidade jornalística, pois forçaram Olívio a se comportar o tempo todo como um político enfrentando a oposição.

Aproveito a oportunidade para falar sobre Dora Kramer. Como contribuinte e eleitor, quero que esses procuradores da República investiguem tudo o que possa parecer suspeito - eu lhes pago para isso -, e quem não deve não tem o que temer: pessoas honestas não têm documentos comprometedores em casa ou contas indevidas em bancos - e os procuradores fazem o que fazem apoiados nas fracas leis que votamos, não exercem um poder ditatorial.

(5/6)

Regis Debray

Escreveu Alberto Dines no artigo "Debray, um midiólogo que briga com a notícia" [edição impressa nº 21, junho/99]: "Debray, na realidade, é um 'media-critic', um 'media-watcher' ou, para quem não entendeu, [...] a plumagem [...] tentação pós-moderna para as 'imposturas intelectuais'".

Com a devida permissão e o perdão do cronista pelo trocadilho, eu acrescentaria ao currículo do Sr. Debray um "media-ocre". A julgar pelas inúmeras notas levianas e tão freqüentes nos meios de comunicação atuais, o Sr. Debray tem feito escola. Vivas ao *Observatório!*

José Luis Drummond Alves
zht97@uninet.com.br

(5/6)

O impacto da charge

A primeira vez que li uma crítica sobre charge política foi no *O.I.* Era um texto do Dines, se não me engano. Ele questionava o posicionamento partidário de uma certa charge, em época de eleição. Sem discutir esta questão específica, gostei de ver uma charge comentada como peça jornalística. Em geral, ela é vista de maneira mais leviana, um alívio para as desgraças do dia-a-dia, o "lado alegre da notícia". Outros, inclusive muitos chargistas, vêem na charge uma crítica aguda, fruto de intuição privilegiada capaz de resumir assuntos complexos e criar metáforas visuais com poderoso efeito instantâneo de comunicação.

Pessoalmente, com todo o respeito pelos bravos chargistas que cutucaram a onça com vara curta nos tempos de chumbo, já há algum tempo deixei de endossar este ponto de vista.

Escrevo para comentar uma charge do meu colega Glauco. Não a charge em si, mas a relação desta com a foto que a

inspirou, e seu efeito conjunto no leitor. Ou seja, analiso o conjunto de decisões editoriais dos responsáveis pela publicação.

Na capa da *Folha* de 2/6/99 vimos José Serra e ACM fotografados num daqueles momentos de descontração que os fotógrafos gostam de captar. As cabeças se encostavam, um fazia ao outro algum gracejo inaudível e ilegível, e sorriam. A legenda informava que eles eram (são) adversários políticos. No dia seguinte, a charge do Glauco mostrava uma paródia dessa fotografia, acrescentando o detalhe de um esfaqueando o outro pelas costas, com o título "Trégua" e o diálogo: "Foi um prazer, ministro!" e "O prazer foi todo meu, senador!".

Que curioso! É a primeira vez que vejo uma charge "descarregando" (*discharging*) o efeito de uma foto jornalística. Porque eu, leitor, fiquei muito impressionado com a primeira imagem, real, de Serra e ACM de cabeças coladas, como dois namorados numa matinê. Pensei: ora, neste tempo de conversas reservadas, dados a ambição notória de um e o velho jogo de cintura do outro, por que não? Os sorrisos são reais, a empatia momentânea não foi inventada pelo fotógrafo. Dois inimigos até podem se tratar cordialmente, mas não ficam arrulhando amenidades ao pé do ouvido.

Em seguida, veio a charge amenizar o impacto da fotografia: ufa, suspira o leitor, ACM e Serra continuam se odiando, nem tudo está perdido. Pois o "plano da verdade" na charge é o segundo plano, a informação oculta que o chargista explicita. Só que neste caso deu-se o contrário: o chargista "revelou" o que todos já sabiam, e o instantâneo eloqüente dos inimigos que se afagam foi reduzido a mera aparência.

Qual era, afinal, a intenção daquela fotografia na primeira página? Ou era um instantâneo curioso, uma gracinha sem maiores significados feita apenas para entreter o leitor, ou uma informação rele-

vante, de que as coisas não são tão nítidas no poder como se pensa. Na primeira hipótese, Glauco fez uma charge da charge, rimos de tudo e assim vamos levando. Na segunda, o que serviria para provocar reflexões no leitor transformou-se em uma crítica acomodada, inócua, já assimilada por todos.

Está na hora de avaliar o papel jornalístico da charge, suas peculiaridades e impacto no leitor. Fala-se tanto dos elementos visuais num jornal (tamanho de fonte, diagramação) e sua importância na manipulação marota dos fatos, e esquece-se de pensar a charge, que também recorta e reorganiza a notícia, mas continua relegada a uma zona de tolerância chamada "o lado alegre da notícia".

Spacca
spacca@sti.com.br

(20/6)

O.I. na Câmara

Ao agradecer envio da publicação nº 20 do *Observatório da Imprensa* [versão impressa], aproveito para parabenizar esta equipe pelo corajoso trabalho em defesa da liberdade de expressão e o importantíssimo papel de acompanhamento do desempenho da mídia.

Nestes tempos modernos, em que o paradigma do conhecimento e os veículos de informação assumem papel preponderante sobre o ordenamento social, é fundamental o fortalecimento de instrumentos que reproduzam esta dimensão crítica, provocando a reflexão e a possibilidade de se forjar posições conscientes e com independência.

Este *Observatório*, até pelas pressões e a intolerância de quem tem sido vítima, demonstra o êxito e a competência deste trabalho jornalístico. Parabéns.

Atenciosamente,
Deputado Carlito Meress, PT/SC

(20/6)

LÍNGUA PORTUGUESA

Identidade genética

Brasil, Portugal, mídia – unos e diversos em defesa da língua

Carlos Vogt

Houve um tempo – na verdade, mais de um – em que tivemos programaticamente, como projeto nacional, a busca de diferenças tão marcantes, entre o português do Brasil e o português de Portugal, que justificassem a identificação de uma língua brasileira, com identidade própria, apesar das inegáveis semelhanças genéticas e estruturais entre a mãe e a filha.

Léxico, entonação, sintaxe, morfologia, fonética e fonêmica, onde quer que fosse e em qualquer nível de análise que se quisesse, a obsessão era encontrar dessemelhanças.

Dois momentos da história cultural brasileira são particularmente marcantes, nesse sentido: o do Romantismo, mais ou menos entre a independência do país e os anos 60 do século passado, e o do Modernismo, a partir de 1922 estendendo-se, para o caso da brasilidade lingüística, até os anos 40, aproximadamente.

Passada a briga romântica e a peleja modernista com Portugal, os ritos de heroísmo e de afirmação da “língua brasileira” foram cedendo lugar a uma maturidade de comportamento em que houve, inclusive, inversão de sinais, com fortes influências do português do Brasil sobre o português de Portugal, através do romance regionalista dos anos 40 e, mais recentemente, através da própria televisão e das novelas brasileiras por ela veiculadas naquele país.

As línguas são dinâmicas, como é dinâmica a cultura dos povos. Com a internacionalização das relações econômicas, a globalização financeira e a mundialização

dos meios eletrônicos de comunicação, as tecnologias da informação vêm criando jargões específicos, e o que se vê nos países, regionalmente, é um fenômeno interessante de desenvolvimento de patuás globalizados cujo paradigma é sempre tomado ao inglês, esperanto da nova era.

Tensão constante

Em meio às turbulências da globalização, agita-se cada vez mais a indústria cultural, produzindo desde caipiras americanos no interior *country* paulista até a mística urbana do consumo das músicas em inglês, que poucos entendem, linguisticamente, mas que todos consomem e consomem, musical e ideologicamente.

E a nova língua portuguesa?

Agita-se também. Debate-se, confronta-se, recua, modifica-se e mantém-se. Nesse sentido, faz bem assistir e acompanhar a atitude de nossa imprensa/mídia que, além dos manuais de redação e estilo, procura, às vezes com cochilos indesejados, desempenhar-se em bom vernáculo, mantendo inclusive seções e programas dedicados à discussão das formas corretas e da expressão adequada de nosso brasileiro português.

Os jornais, o rádio e a televisão que se dedicam a essa boa tarefa cultural de conservação criativa estão de parabéns.

E que não venham nos dizer que somos, por isso, conservadores. A não ser que por aí se entenda que se trata de conservadorismo radical, isto é, aquele que, procurando preservar as instituições, sabe

que é preciso renová-las, mas que diante da vertigem atraente do novo, tem a consciência plena de que toda a novidade só tem consistência sobre as estruturas fundadas da tradição. Toda novidade não é senão esquecimento, como escreveu Francis Bacon.

No caso da língua, toda inovação ou nasce da tensão constante com o movimento cultural de sua conservação ou não será mais do que mera curiosidade mercadológica.

Que sigam as colunas, as seções e os programas dedicados a esse processo de formação da cultura lingüística do cidadão. O produto é, sem dúvida, de qualidade indiscutível.

(20/6)

Observatório da Imprensa Equipe

Editor: Alberto Dines
Redator-chefe: Luiz Egypto
Consultor editorial: Mauro Malin
Editor da área acadêmica: Victor Gentilli
Editora assistente: Marinilda Carvalho
Editora assistente de Web: Kerly K. Tanaka
Design: Fernanda Leonardo, Atelier 714
Projetos Especiais: Paulo Nassar
Coordenador do Labjor: Carlos Vogt
Secretaria Administrativa: Sueli Rocha
E-mail: obsimp@uol.com.br

O Observatório da Imprensa é um projeto do Labjor-UNICAMP/Uniem.

É permitida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios, sem autorização prévia dos editores. É indispensável mencionar a fonte (*Observatório da Imprensa*, endereço eletrônico: www2.uol.com.br/observatorio/). Os textos não podem ser distorcidos nem deslocados de seu contexto. Todos os direitos reservados e protegidos nos termos da lei.

Distribuição gratuita. Pedidos pelo telefone (011) 288-0466, com Sueli Rocha.

Esta edição tornou-se possível graças ao apoio da Xerox - The Document Company.